

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.595.694 - MG (2019/0296843-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : ALEXSANDRO MAGALHAES DE SOUZA
ADVOGADO : ADINAN RODRIGUES PASSOS - MG134986
AGRAVADO : BANCO BS2 S.A.
ADVOGADOS : DENIO MOREIRA DE CARVALHO JR - SP269103
RONALDO MARIANI BITTENCOURT - MG0053508

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADAS. 2. ALEGAÇÃO DE OFENSA A SÚMULA. ÓBICE DA SÚMULA 518/STJ. 3. PRETENSÃO RECURSAL QUE ESBARRA NO EXAME DE LEI LOCAL. SÚMULA N. 280/STF. 4. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO PELA INEXISTÊNCIA DE ABUSIVIDADE NOS ENCARGOS PREVISTOS NO CONTRATO ENTABULADO ENTRE AS PARTES. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. 5. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. COTEJO ANALÍTICO NÃO REALIZADO. 6. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Na origem, Alexsandro Magalhães de Souza ajuizou ação revisional de contrato de cartão de crédito cumulada com indenização por danos morais contra Banco BS2 S.A., tendo em vista que celebrou com o réu contrato de empréstimo na modalidade cartão de crédito ao invés de firmar empréstimo consignado típico, sem que tivesse ciência do fato. Sendo assim, aduziu que pagava apenas o valor mínimo da fatura, o que acarretava a majoração do débito principal. Desse modo, sustentou a incidência de juros extorsivos e má-fé negocial por parte do requerido. Pugnou, assim, para que fosse declarado o direito de revisar as taxas de juros utilizados, a fim de aplicar a taxa média de juros disponibilizada ao empréstimo pessoal consignado público, através do Banco Central no ato da contratação, bem como a condenação ao pagamento de indenização por danos morais.

Contudo, o Juízo de primeiro grau julgou improcedentes os pedidos, e condenou o autor ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em R\$ 1.000,00 (mil reais), suspensa a exigibilidade em razão da gratuidade de justiça deferida a parte autora (e-STJ, fls. 205-215).

Interposto recurso de apelação, a Nona Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais decidiu, por unanimidade, negar-lhe provimento, em aresto assim ementado (e-STJ, fl. 383):

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO REVISIONAL – CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO – JUROS – ABUSIVIDADE NÃO DEMONSTRADA – REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO – DANOS MORAIS – IMPROCEDÊNCIA.

1. Ausente prova da cobrança de juros em excesso ou em desconformidade com a previsão contratual, é de ser mantida a sentença que reconheceu a legitimidade da cobrança.
2. Considerando que não fora verificada nenhuma irregularidade na manifestação de vontade quanto à celebração do contrato com a instituição financeira, não há a caracterização de ato ilícito a ensejar o dever de reparação por danos morais.
3. Recurso desprovido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ, fls. 403-410).

Nas razões do recurso especial, o recorrente, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, alegou, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 141, 489, II, e 1.022, II, do CPC/2015; 4º, III, 6º, VII, 47, 51, IV e § 1º, e 52, IV e V, do CDC; 113, 187, 421, 422, 423 e 2.035, parágrafo único, do CC/2002; 5º da LINDB; 4º, VI, da Lei n. 4.595/1964; 12, § 1º, da Lei Estadual n. 19.490/2011; e à Súmula 530 do STJ, com base nos seguintes argumentos: **a)** caso entenda que a matéria não se encontra prequestionada, deve ser anulado o acórdão dos embargos de declaração proferido pelo TJMG; **b)** o empréstimo contraído por meio de saque em cartão de crédito e de compras efetivadas, na verdade, trata de empréstimo consignado em folha de pagamento, sendo assim, devem ser cobrados os mesmos juros pertinentes ao contrato de empréstimo consignado destinado aos servidores públicos estaduais; **c)** "a parte recorrida promoveu um contrato híbrido, que combina a operação de empréstimo consignado com cartão de crédito, dicção do art. 12 da Lei nº 19.490/11, cujos juros contratados para o cartão de crédito foram de

7,99% ao mês, conforme fatura (Doc. 21), entretanto, conforme a taxa média de crédito pessoal consignado público, medida pelo Banco Central do Brasil – BACEN (Doc. 51), seria de apenas 1,9970% (outubro/2011), à época da contratação" (e-STJ, fl. 420); **d**) nos termos da Súmula 530/STJ, na ausência de pactuação no contrato acerca da taxa de juros, aplica-se a taxa média de mercado nas operações da mesma espécie; e **e**) o recorrido deve ser condenado ao pagamento de indenização por danos morais, em razão do princípio da boa-fé negocial, pois deveria ter cientificado o consumidor de que os pagamentos mensais efetuados por meio de consignação não seriam suficientes para quitação do débito e, assim, dar oportunidade a um parcelamento mais adequado por meio de boleto bancário com a redução dos juros.

As contrarrazões não foram apresentadas (e-STJ, fl. 455).

O Tribunal local não admitiu o processamento do recurso especial pela incidência das Súmulas 7 e 211 do STJ, bem como pela falta de demonstração do dissídio jurisprudencial.

Brevemente relatado, decido.

Consoante análise dos autos, a alegação de violação aos arts. 141 e 1.022 do CPC/2015 não se sustenta, uma vez que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia, ainda que em sentido contrário à pretensão do recorrente.

Registre-se, a propósito, que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todos os pontos suscitados pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão, o que foi feito na hipótese.

Outrossim, verifica-se que o acórdão recorrido foi devidamente fundamentado, não havendo se falar em violação ao art. 489, § 1º, do CPC/2015, até porque, conforme entendimento desta Corte, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não

configurada" (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

Ademais, não cabe a este Tribunal apreciar ofensa a súmula em recurso especial, uma vez que o enunciado de súmula não se insere no conceito de lei federal, previsto no art. 105, II, *a*, da Constituição Federal. Esse entendimento foi consubstanciado com a edição da Súmula 518 desta Corte que determina: "Para fins do art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula".

Além disso, observa-se que a pretensão do agravante esbarra na ofensa ao art. 12, § 1º, da Lei Estadual n. 19.490/2011, o qual requer a análise da legislação local que dispõe sobre consignação em folha de pagamento de servidor público do Estado de Minas Gerais.

Desse modo, a impugnação deduzida é inviável de análise no âmbito do recurso especial, tendo em conta o necessário exame da legislação local, medida vedada, consoante dispõe a Súmula 280 do STF, aplicável ao caso por analogia.

A propósito:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEIS ESTADUAIS

(..)

3. Ademais, a controvérsia acerca da lei reestruturadora e seus limites demanda análise de legislação estadual em exame e remete à análise de Direito local (Lei Estadual 6.456/2004), revelando-se inadmissível a via recursal especial para rediscussão da matéria, ante a incidência da Súmula 280 do STF.

4. Agravo Interno não provido. (AgInt no REsp 1.793.744/AL, Rel. Ministro **HERMAN BENJAMIN**, SEGUNDA TURMA, julgado em 6/6/2019, DJe 19/6/2019)

Outrossim, não se pode conhecer do recurso pela alínea *c* nesse ponto, uma vez que o acórdão recorrido baseia-se na aplicação de lei estadual, ficando prejudicada a divergência jurisprudencial, porquanto as conclusões divergentes decorrem da aplicação de lei local específica em cada caso, e não do entendimento diverso sobre um mesmo artigo da

legislação federal.

No mais, em relação à ofensa ao Código Consumerista e acerca da pretensão na condenação ao pagamento de danos morais, constata-se que o acórdão recorrido, com base nos elementos presentes nos autos, concluiu pela ausência de abusividade dos encargos constantes do contrato firmado entre as partes, consignando que (e-STJ, fls. 387-391 - sem grifo no original):

2. Da abusividade da taxa de juros.

Inicialmente, registro que, conforme a jurisprudência há muito pacificada nos Tribunais pátrios, as instituições financeiras não estão sujeitas à limitação da taxas de juros remuneratórios prevista no Decreto nº 22.626/33, nos termos adiante transcritos:

“7. A norma do §3º do artigo 192 da Constituição, revogada pela Emenda Constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar” (Enunciado da Súmula Vinculante do STF).

“596. As disposições do Decreto 22.626/1933 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional” (Enunciado da Súmula da Jurisprudência Dominante do STF).

Na realidade, a abusividade dos encargos constantes de contratos firmados com instituições financeiras depende da demonstração inequívoca de serem eles superiores à média das taxas praticadas no mercado.

A respeito da questão, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

“382. A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade” (Enunciado da Súmula da Jurisprudência Dominante do STJ).

(...)

Conforme bem observou o magistrado sentenciante, “(...) **sendo verificada que a taxa de juros no período de 12/12/2011 à 12/07/2015 variou de 1,03 % à 10,32% ao mês (Id. Num. 9790285), não entendo demonstrada a abusividade na fixação dos juros, uma vez que é entendimento pacífico na jurisprudência de que a taxa de juros pode ser fixada em até uma vez e meia o valor da taxa média de mercado, sem que isto configure abusividade**” (doc. ordem 48).

Dessa forma, deve prevalecer a taxa contratualmente fixada, sendo certo que a modificação de tal taxa somente teria sentido mediante a constatação de inegável abusividade, o que não foi comprovado nos autos.

3. Da indenização por danos morais.

O apelante pleiteia também a condenação da instituição requerida no

pagamento de indenização por danos morais, ao argumento de que a instituição financeira agiu com má-fé, por não a ter cientificado de que os pagamentos mensais consignados não seriam suficientes para a quitação do débito.

Como é cediço, a indenização por danos morais é uma forma de compensar o mal causado por outrem, ao mesmo tempo em que não deve ser usado como fonte de enriquecimento ilícito ou abusos.

É o que preconiza o art. 927 do Código Civil, nos seguintes termos:

“Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts.186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”.

Assim, da exegese do dispositivo legal, conforme previsto no art. 186 do Código Civil, extrai-se que o dever de indenizar, fundada na responsabilidade civil, depende da presença de três elementos fundamentais: o dano (ao patrimônio ou à honra da vítima), a conduta ilícita (por ação ou omissão) e o nexo de causalidade.

Com isso, somente deve ser deferida a indenização nas hipóteses em que se constatar abalo à honra e imagem da pessoa, dor, sofrimento, tristeza, humilhação, prejuízo à saúde e integridade psicológica, cabendo ao magistrado, com prudência, ponderação e senso prático, verificar se, na espécie, efetivamente ocorreu o dano, para, somente nestes casos, autorizar a reparação.

Na hipótese dos autos, considerando que não fora verificada nenhuma irregularidade na manifestação de vontade quanto à celebração do contrato com a instituição requerida, não há a caracterização de ato ilícito a ensejar o dever de reparação.

Desse modo, a alteração do entendimento do TJMG (acerca do fato da inexistência de abusividade dos encargos previstos contratualmente, bem como da ausência de requisitos para condenação a título de danos morais) demandaria o reexame do acervo fático-probatório e de cláusulas contratuais, o que não é possível nesta esfera recursal em razão do óbice das Súmulas 5 e 7 do STJ.

Por fim, não se revela cognoscível a irresignação deduzida mediante da alínea *c* do permissivo constitucional, porquanto o recorrente não demonstrou a divergência nos moldes exigidos pelos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

É assente nesta Corte Superior que a mera transcrição de ementas e trechos do voto, sem a realização do necessário cotejo analítico entre os arestos confrontados, mostra-se insuficiente para comprovar a divergência jurisprudencial ensejadora da abertura da via especial com esteio na alínea *c* do permissivo constitucional.

Ilustrativamente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REJEIÇÃO. PENHORA DE IMÓVEL. CONTRATO DE ALIENAÇÃO. BEM DE FAMÍLIA. NÃO COMPROVAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. LEGITIMIDADE DO EXECUTADO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO OBJETA E DIRETA AO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

2. O recorrente deixou de comprovar o dissídio pretoriano nos termos exigidos pelos dispositivos legais e regimentais que o disciplinam, notadamente por ter deixado de transcrever os trechos dos acórdãos em confronto e não ter efetuado o necessário cotejo analítico das teses

supostamente divergentes, tampouco indicado o repositório oficial ou juntado cópia do inteiro teor dos julgados paradigmas.

(...)

4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.023.675/SP, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 9/3/2017, DJe 16/3/2017)

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Deixo de majorar o valor dos honorários sucumbenciais fixados em favor do patrono da parte recorrida, porque já fixado no Tribunal de origem pelo percentual máximo de 20%.

Publique-se.

Brasília, 07 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator